



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
Gabinete da Presidência
Memória da Reunião de Diretoria do ICMBio

Aos vinte dias do mês de julho de dois mil e onze, na sala de reuniões da Presidência do ICMBio, às 10h30m, teve início a reunião de Diretoria deste Instituto, com os seguintes participantes: Silvana Canuto (Presidente Substituta e Diretora da DIPLAN), Paulo Maier (Diretor da DIUSP), Fernando D'Alava (Diretor Substituto da DIBIO), Ricardo Soavinski (Diretor da DIREP), Iolita Bampi (Chefe de Gabinete Substituta), Bernardo Ferraz (Sub-Procurador da PFE), Daniel Penteadó (CGFLO), Pedro Eymard (Assessoria da Presidência), Cláudia Camurça (ASCOM), Francismary Cervo (COOR), Celso Stecanela (COOR)

Pauta:

- 1. Gestão de Unidades de Conservação;**
- 2. Orçamento 2012;**
- 3. Programa Bolsa Verde;**
- 4. Informes.**

Deliberações:

1. Gestão de Unidades de Conservação

O Senhor Pedro Eymard socializou com os demais presentes o texto que está sendo redigido para o Ministério do Meio Ambiente sobre a gestão das unidades de conservação.

Informou que o texto comporá uma proposta de Estratégia para Ampliação e Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que está sendo elaborado em conjunto com a Secretaria de Biodiversidade e Floresta do Ministério do Meio Ambiente-SBF. A parte do texto direcionada à gestão de unidades de conservação federais contempla as seguintes áreas: a) Visitação pública; b) Melhoria da qualidade de vida das populações residentes nas UCs de uso sustentável; c) Redução do desmatamento e de incêndios em UCs; d) Gestão de conflitos territoriais; e) Consolidação territorial; e) desenvolvimento de pesquisa científica em UC; f) ampliação e consolidação das UCs federais; g) Recursos Humanos e Capacitação h) Estruturação do ICMBio e i) Promoção da sustentabilidade financeira para o SNUC.

Sobre cada um desses pontos buscou-se abordar as ações estruturantes ou os critérios necessários para atingimento de metas finalísticas traçadas com recortes para 2014 e 2020.

Dadas as discussões, os diretores concordaram com o conteúdo apresentado, propondo apenas que o ano de recorte fosse alterado para 2022, em virtude das comemorações dos 200 anos da independência do Brasil. O Senhor Pedro Eymard informou que o texto será levado para reunião com o Secretário de Biodiversidade e Florestas do MMA, ainda nesta data, para apresentação prévia do texto. A versão final será entregue na próxima semana.

2. Orçamento 2012

A Senhora Silvana Canuto fez uma breve apresentação sobre a situação orçamentária do presente exercício, abordando os limites para movimentação e empenho em despesas de custeio e capital. Socializou, ainda, com os demais Diretores as iniciativas para negociação sobre a ampliação dos limites para o encerramento do ano, ainda sem retorno por parte do Ministério do Meio Ambiente.

A Senhora Silvana Canuto solicitou aos Diretores que encaminhem até a próxima terça-feira, dia 26 de julho, as demandas de cada Diretoria para elaboração da proposta de execução de recursos de investimento em 2011.

Seguiu apresentando a proposta orçamentária desenvolvida com base nos limites concedidos pelo Ministério do Meio Ambiente para o orçamento 2012. Para tentar negociar com o MMA a ampliação do teto proposto, estimado em menos 20% em relação ao ano anterior, a Senhora Silvana Canuto se reunirá nesta data com o Senhor Volney Zanardi, Diretor de Gestão Estratégica do MMA, com o objetivo de discutir e apresentar os impactos que tal retrocesso representará para o ICMBio.

Finalizou a apresentação ressaltando que a divisão de recursos para as ações foi baseada na proporção de execução de 2011, refletindo o corte proporcional sobre o teto disponível. A proposta será repassada aos responsáveis por cada ação para detalhamento de metas físicas.

3. Programa Bolsa Verde

O Senhor Paulo Maier apresentou os critérios para priorização das áreas em 2011 para que as famílias sejam contempladas no Programa de Apoio à Conservação Ambiental “Bolsa Verde”, que tem como foco a erradicação da extrema pobreza e a conservação do meio ambiente, numa parceria entre o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Informou que serão considerados condicionantes sociais e ambientais. Na condicionalidade social, se enquadram famílias em extrema pobreza com renda per capita/mês inferior a R\$70,00 e inscritas no cadastro único e bolsa família. Pela condicionalidade ambiental, serão consideradas as famílias com ativos ambientais em Unidades de Conservação de Uso Sustentável (RESEX, RDS e FLONAS) e Assentamentos Ambientalmente Diferenciados-AAD, do INCRA (PAE, PDS e PAFs).

Seguiu apresentando a área e a população de beneficiados em UCs e AAD, a meta de público a ser atendido ainda em 2011 (uma vez que a meta é iniciar os pagamentos em setembro/2011) e as fases para adesão ao programa e o fluxograma operacional para enquadramento das famílias.

Como encaminhamento, os diretores concordaram com a proposta apresentada pelo Senhor Paulo Maier sobre a estratégia de priorização elaborada pela Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA, que inclui as seguintes situações: 1) famílias situadas na região amazônica; 2) famílias situadas em áreas de conflitos socioambientais; 3) famílias concentradas em uma única unidade territorial e no mesmo estado; e 4) Unidades de conservação com Plano de Manejo ou Plano de Utilização e assentamentos com Plano de Desenvolvimento do Assentamento ou Plano de Uso.